

# Educação

» MOZART NEVES RAMOS

Título da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira, do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto, e professor emérito da UFPE

Este ano o Brasil completa 200 anos de sua Independência. Em 2006, mais precisamente em 6 de setembro, um dia antes da data comemorativa, foi lançado o movimento Todos pela Educação, em frente ao Museu do Ipiranga, em São Paulo. Uma manhã muito fria, que contrastava com o calor humano dos presentes, todos com uma mesma convicção de que a verdadeira independência só viria por meio de uma educação de qualidade para todos os brasileiros. Por isso foi simbólico lançá-lo no dia 6. Não haveria dia 7 sem dia 6.

O país precisa mais do que nunca de uma agenda positiva para a educação, em decorrência dos grandes déficits de aprendizagens deixados pela pandemia, especialmente como resultado do elevado número de dias com escolas fechadas. Estamos enfrentando dias difíceis na educação. Como dizia o saudoso Ariano Suassuna, não sou otimista, nem pessimista, mas sou um realista esperançoso.

Por causa dessa agenda é que fui buscar aquele 6 de setembro de 2006. Tive o privilégio de ser o primeiro presidente executivo do Movimento Todos pela Educação. Para mobilizar o país, o Movimento lançou cinco metas para uma educação de qualidade, a primeira delas vinculada ao acesso à escola — e o Brasil avançou bastante de lá para cá. Mas ainda temos cerca de 1,4 milhão de crianças de quatro e cinco anos e jovens de 15 a 17 anos sem frequentar a escola.

O foco da segunda meta está na alfabetização das crianças na idade certa — como faz tão bem o estado do Ceará, alfabetizando todas as crianças até os sete anos de idade. Temos uma estrada a percorrer, mas já temos a “bússola cearense da alfabetização”.

A terceira meta talvez seja a mais desafiadora, que trata da aprendizagem escolar aferida pelo percentual de alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa e em matemática ao final de cada etapa escolar.

O Brasil vinha avançando bastante nos anos iniciais do ensino fundamental, mas aí veio a pandemia e com ela o retrocesso na aprendizagem em todas as etapas escolares. No ensino médio, a situação é mais grave, pois o país, mesmo antes da pandemia, já estava literalmente estagnado e num patamar muito baixo.

Contudo, a implementação do chamado Novo Ensino Médio, que começa formalmente este ano, apresenta-se como um facho de esperança, sem esquecer as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (Emti) do estado de Pernambuco, que vêm se mostrando relevantes tanto no campo da aprendizagem como no fluxo escolar.

A quarta meta vincula-se às taxas de aprovação ao final de cada etapa escolar, e nesse ponto o Brasil fez avanços importantes, mas é ainda um país que tem uma cultura elevada de reprovação escolar.

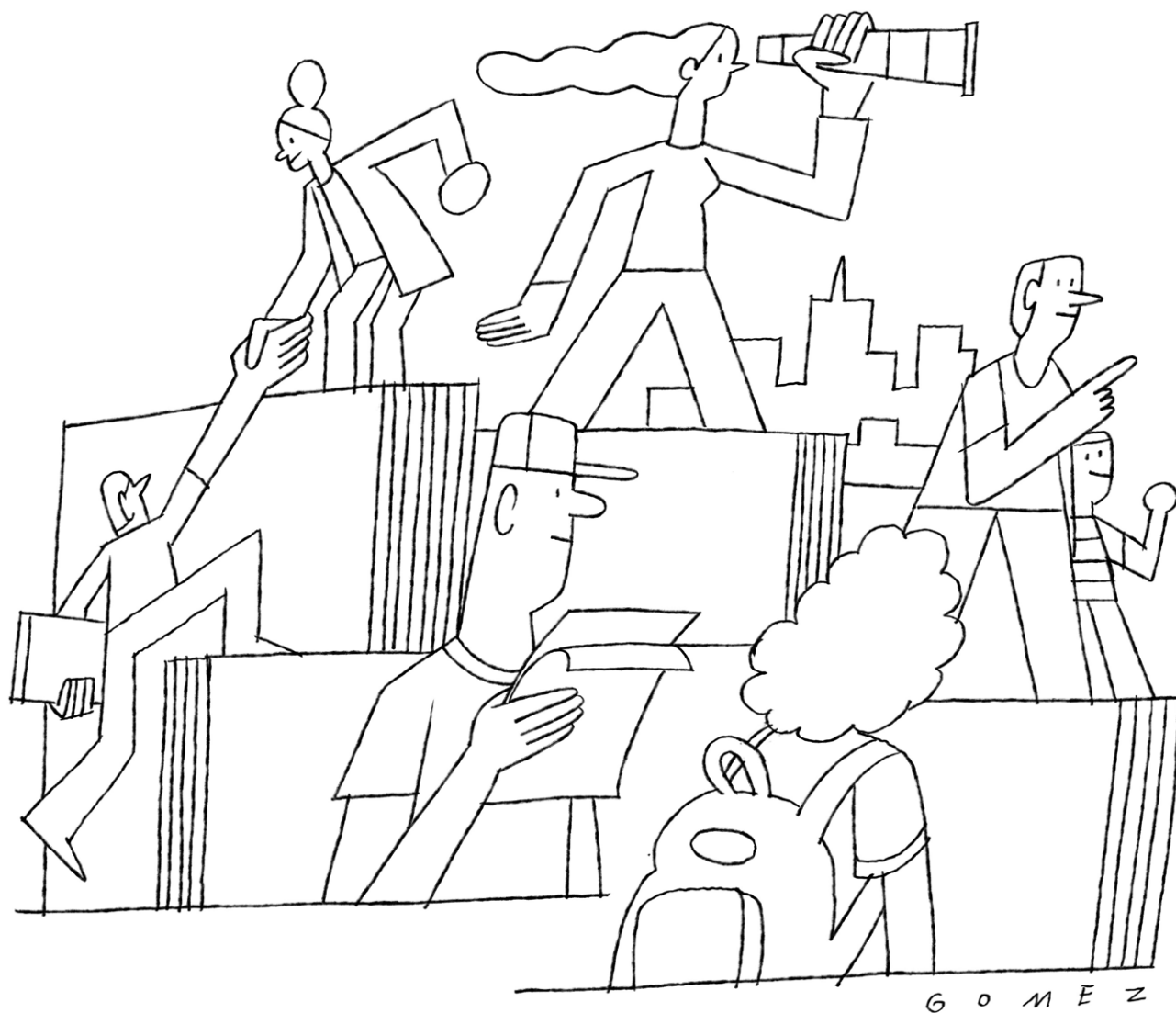
Por fim, a quinta meta trata do

financiamento e da gestão dos recursos; quanto ao financiamento, o Brasil deu um salto importante nos últimos 15 anos, mas ainda precisa avançar no bom uso do dinheiro público.

Nessa caminhada, o movimento Todos pela Educação contribuiu de maneira expressiva para os avanços verificados na educação brasileira. E aqui quero fazer uma menção à nossa atual presidente-executiva — Priscila Cruz, uma liderança jovem e comprometida com a causa, que formou um time excepcional.

Quero aqui, em particular, destacar o trabalho de duas outras lideranças jovens do movimento, Olavo Nogueira Filho e Gabriel Corrêa. Esse time está agora percorrendo o Brasil, mobilizando o país com o belo documento Educação Já, construído por muitas mãos de diferentes visões políticas, mas todas engajadas e comprometidas com a causa da educação. Educação Já traz diretrizes importantes para uma política pública de educação de qualidade não só para os candidatos à Presidência da República, mas também para candidatos aos governos estaduais e para o Legislativo, tanto na esfera federal como na estadual.

O documento foi formalmente lançado no último dia 26 de abril, em São Paulo. Que bom que, neste momento difícil da vida brasileira no campo da educação, tenhamos o movimento Todos pela Educação, que nos permite pensar positivamente e com esperança.



## Prestigiemos a nossa língua comum no Dia Mundial que para ela foi criado

» LUÍS FARO RAMOS

Embaixador de Portugal no Brasil

Um ano atrás, escrevi neste espaço que “melhores ocasiões teríamos no futuro para celebrar condignamente (...) o dia da Língua de José Saramago, Fernando Pessoa, Lídia Jorge, Mia Couto, Néida Piñon ou Clarice Lispector”. Pois bem. Aqui estamos hoje, a celebrar condignamente esta língua pujante, vibrante, com tantas matizes e belezas espalhadas pelos cinco continentes, cantadas e faladas de forma tão diferente e tão próxima.

O 5 de Maio é comemorado, desde 2009, como o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em 2019, a Organização das Nações Unidas para a Educação (Unesco) decidiu reconhecer que o português é muito maior do que a geografia dos países que o têm como língua oficial.

Nunca é demais homenagear, em 5 de maio, todas e todos quantos trabalharam para que esse reconhecimento fosse uma realidade. A Unesco e a CPLP são dois verdadeiros pilares de Língua e Cultura, onde o português tem o seu berço e de onde se projeta para o mundo. Com o reconhecimento vem também maior responsabilidade, na internacionalização da Língua e no esforço comum que é necessário para que a aprendizagem se universalize, dentro e fora dos países da CPLP.

Mas essa hora é a do regresso às celebrações. Em 2022, o regresso é em grande estilo! Por uma porta, onde cabem as comemorações do centenário do nascimento de José Saramago, até hoje o único escritor de

língua portuguesa que foi prestigiado pelo título maior da literatura mundial, o Nobel. E onde cabem também as comemorações do bicentenário da independência do Brasil, em que um dos pontos altos, no que diz respeito a Portugal, é a participação enquanto país convidado de honra na 26ª edição da Bienal do Livro de São Paulo.

Escritores de diferentes gerações, de Portugal e de outros países de Língua Portuguesa, que nos maravilham com a sua escrita em prosa ou poesia e todos os dias reinventam esta língua global e pluricêntrica, vão partilhar conosco presencialmente, por uns dias, em julho próximo, palavras e emoções. De Valter Hugo Mãe a Lídia Jorge, de Paulina Chiziane a Dulce Maria Cardoso, de Kalaf Epalanga a José Luis Peixoto, serão 23 os autores presentes na Bienal.

Mas este ano tem mais, tem muito mais. É impossível falar da celebração da língua portuguesa sem lembrar José Saramago. Hoje mesmo, aqui em Brasília, será inaugurada uma exposição do coletivo de artistas portugueses Borderlovers, comemorativa do centenário do nascimento de José Saramago, intitulada *A bagagem do viajante*. O acontecimento terá lugar nas estações do metrô brasileiro, onde assistiremos à leitura do livro infantil de Saramago *A maior flor do mundo* por jovens estudantes de Brasília. Também hoje, teremos o privilégio de conversar com Pilar del Río, que preserva de forma brilhante o legado de Saramago, e Carlos Reis, comissário das comemorações do Centenário.

E antes de o dia terminar teremos um show do grupo de Choro “Reco do Bandolim e Choro Livre”, que tão bem representa uma forma de música tipicamente brasileira mas ao mesmo tempo bebe influências de outras geografias em português.

As homenagens a Saramago continuarão amanhã, em Curitiba, onde será inaugurada a oitava Cátedra Camões no Brasil, cujo patrono é o Nobel português, na Universidade Federal do Paraná. É a primeira Cátedra Camões no sul do Brasil, e é mais um passo da maior importância no caminho das parcerias estabelecidas pela Instituição que divulga a Cultura e a Língua portuguesas pelo mundo com importantes Instituições de ensino superior neste país.

No dia 7, em São Paulo, o belíssimo Museu da Língua Portuguesa organizará vários eventos comemorativos do Dia Mundial da Língua Portuguesa, que contarão também com a participação de Pilar del Río e Carlos Reis. Este ano poderemos assim, finalmente, no Brasil e tantos outros países, prestigiar a nossa língua comum no Dia Mundial que para ela foi criado.

Angolanos, Brasileiros, Cabo-Verdianos, Guineenses, Moçambicanos, Portugueses, São-Tomenses e Timorenses, celebremos todos a Língua que nos une e que, mesmo em tempos de pandemia, nunca esteve confinada e continua a crescer e a vibrar ao som do samba, do choro, do fado, da morna, do kuduro, do semba, da marrabenta, do socopé ou do tebe!

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Vida e morte na balança das polêmicas

Decisões verdadeiramente polêmicas são aquelas que nem mesmo o tempo, agindo como senhor absoluto da razão, é capaz de esclarecer e apaziguar, retirando-lhes os pontos problemáticos ou nebulosos. Normalmente, essas decisões, tomadas sob à luz de determinado período histórico, pressionadas pelo clamor popular ou pelo lobby político e econômico, permanecem se equilibrando num delgado limbo, até que outras razões venham a se sobrepor, deixando o dito pelo não dito.

Entre essas questões polêmicas, cuja validade e razões, volta e meia, forçam sua rediscussão, estão aquelas ligadas à vida, à morte, à dignidade da pessoa humana, sua individualidade e privacidade, entre outras do gênero. Decisões sobre a pena capital ou pena de morte para todo o qualquer crime são sempre questões a suscitar polêmicas, afinal dizem respeito à vida humana.

É comum que países revejam casos de pena de morte, depois de anos de sua aplicação e inúmeros sepultamentos, inclusive de inocentes, tendo como justificativa, novos enfoques e outras razões que mostram a ineficácia desse método extremo no combate ao crime, ou mesmo por razões ditas humanitárias. Direito à vida ou sua antípoda, a pena de morte, em nossa sociedade moderna, quando colocadas na balança dos direitos, ora pende para um lado, ora pende para outro.

Os tempos e as vontades mudam. Em guerras, como a que ocorre atualmente na Ucrânia, o governo russo resolveu aplicar a pena de morte, indistintamente, e de forma cruel aos milhões de cidadãos daqueles países, por razões que ele aponta como estratégicas. De fato, não há direito absoluto à vida, que, em parte alguma do planeta, é respeitada. Cidadãos assaltados e mortos a toda hora nas ruas de nossas cidades não tinham o direito à vida assegurado como mandam, em teoria, as leis.

Da mesma formam um feto ou bebê, alojado indefeso no útero materno, mesmo que, em tese, possua o direito inalienável à vida, pode ou não ter assegurado esse mesmo direito dependendo com o que pretende a mãe durante o período de gestação. Sem dúvida alguma, o aborto é e será sempre uma questão polêmica, pois envolve, nessa equação, a vida e a existência de um ser humano indefeso.

Nesse caso específico, um xeque-mate poderia, hipoteticamente, ser dado nessa polêmica, bastando que mães, daquelas mulheres que hoje defendem o aborto, fossem adeptas também dessa prática lá no passado. Quem teve direito a viver, pode em algum momento, cassar esse mesmo direito à outrem? Eis-nos diante de uma polêmica. No Brasil o aborto é permitido legalmente, desde 1940 (Lei nº 2.848), em caso de risco de vida da mulher, em caso de estupro.

Em casos mais modernos, como a constatação de que o feto é anencefálico, passou a ser também permitido a partir de 2012. São, apesar de tudo, situações polêmicas e que, de uma forma ou de outra, acabam levando essas mães a procedimentos de interrupção de gravidez, o que, sem dúvida alguma acaba acarretando diversos traumas paralelos posteriores.

Entre aqueles que defendem o direito irrestrito ao aborto, em qualquer mês de gestação, com o argumento do direito absoluto sobre o próprio corpo, curiosamente temas como a adoção de métodos preventivos e outros, capazes de evitar esse desfecho fatal, jamais são postos sobre a mesa.

De forma até surpreendente, toda essas polêmicas em torno do aborto, tanto no Brasil quanto em outros países, parecem ter ganhado ainda mais complexidade e controvérsias quando o elemento político entrou na discussão, partidarizando e ideologizando um problema que poderia ficar restrito a ambientes como ética e dignidade humana. Nessa discussões entram ainda elementos como abusos sexuais, feminicídio, abuso de drogas, gravidez precoce, abandono e outros problemas presentes tanto no Brasil, quanto em grande parte dos países subdesenvolvidos.

De um modo geral, esse é um problema de saúde pública a envolver a delicada questão do direito à vida. Queiram, ou não, os ditos progressistas, essa é uma polêmica que passou a ganhar grande expressão a partir da década de 1960, com os movimentos femininos, a emancipação da mulher, a pílula e outros avanços sociais das últimas décadas e ainda está longe de um consenso definitivo.

Agora, quem volta a entrar nesses debates polêmicos são os Estados Unidos. Depois de meio século de a Suprema Corte norte-americana aprovar o direito do aborto (Roe versus Wade de 1973), a maioria conservadora dos magistrados pode reverter a decisão, e tornar essa prática ilegal em 22 estados daquele país. Não há como negar, a presença de vida no útero com equipamentos de alta resolução em 3D. O circo por lá voltou a pegar fogo com briga feia entre os pró-choise e os pró-life, antevendo um revival dessa polêmica que, acreditava-se, abortada e morta há 50 anos.

Elementos de todos os lados dessa questão podem se estender por muito tempo, gerando ainda essa polêmica. O que se sabe com segurança é que, no intervalo dessas cinco décadas, enquanto permaneceu a autorização ao aborto nos Estados Unidos, cerca de 65 milhões de bebês foram assassinados naquele país, segundo os números oficiais. Por outras projeções, esses números podem ser ainda expressivamente maiores. Nesse debate, como não poderia ser diferente, estão os democratas, como o presidente Joe Biden, e a sua vice, Kamala Harris, favor do aborto e, do lado contrário, os republicanos, que querem a proibição desses crimes continuados contra a vida.

Interessante ou até sinistro é registrar que aqui, na vizinha Argentina, onde o aborto foi legalizado, a defensora radical pró-aborto, María del Valle González López, de 23 anos, morreu após abortar legalmente naquele país, vítima de infecção generalizada e outras complicações durante esse procedimento.

Para muitos, essa morte comprova que não é apenas com a legalização do aborto que mulheres estariam seguras. A razão é simples: essa é uma verdadeira questão polêmica a arrastar-se ainda por muito tempo entre nós e que só cessará em definitivo quando o valor à vida for igualado ao valor da morte.

## » História de Brasília

Vamos dar uma volta pela garagem do bloco 1 dos ministérios. Dois dedos de pó no chão, não há servente para varrer e conservar limpo o local de trabalho, e, cada vez maior, o número de carros particulares consertados pelos mecânicos do Ministérios da Educação, da Prefeitura e dos TCB. (Publicada em 23/2/1962)